

V – SERVIÇOS PÚBLICOS

Conceito: é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades da coletividade.

Classificação:

Delegáveis: Podem ser executados pelo Estado ou particulares (colaboradores)

Indelegáveis: Só podem ser executados pelo Estado (direta) ou indireta através de autarquias e fundações públicas.

Facultativo (tarifa de ônibus, tarifa energia elétrica e compulsório (taxa de coleta de lixo, basta disponibilizar o serviço))

Remuneração: Taxa, se prestado pela Administração, ou tarifa no caso de delegação.

Titularidade do serviço não se confunde com a competência para executar o serviço.

Princípios: Generalidade, continuidade (discussão acerca da suspensão, se é essencial ou não, e se é taxa ou preço público, na modalidade tarifa), eficiência e modicidade.

Ainda tem os princípios da Lei 8.987/95.

Delegação do serviço público:

Concessão comum (8.987/95) e especiais (11.079/04 PPP) essa pode ser patrocinada (remuneração de 2 fontes) ou administrativa.

PPP: obras e obras e serviços de grande vulto (não pode ser apenas de serviços p. ex: manutenção, limpeza, pois deverá ser um contrato normal de serviço), valor acima de 20 milhões, prazo mínimo 5 e máximo 35 anos, e os riscos são compartilhados portanto haverá solidariedade entre parceiro privado e Administração.

Espécies: Concessão (contrato) precedida licitação modalidade concorrência, para execução serviço por pessoa jurídica ou consórcio de empresas.

Permissão (contrato) lei fala em precário, mas tem natureza contratual, precedida por licitação, pessoa física ou jurídica.

Autorização: não é concessão pois não tem natureza contratual.

1 - (OAB 03-2011-II) Em determinado contrato de concessão de serviços públicos patrocinada, foi acordado entre as partes que o poder concedente assumiria os riscos decorrentes de fato do príncipe e o concessionário aqueles que decorressem de caso fortuito ou força maior. De acordo com a legislação acerca da matéria, é possível afirmar que tal estipulação contratual é:

(A) Nula, pois o contrato não pode atribuir ao concessionário a responsabilidade por fatos imprevisíveis, cujos efeitos não era possível evitar ou prever. Assim, não havendo culpa, não é possível a atribuição, por contrato, de tal responsabilidade.

(B) Nula, pois em toda e qualquer concessão de serviço público, todos os riscos inerentes ao negócio são de responsabilidade do concessionário. Assim, a atribuição de responsabilidade ao concedente pelos riscos decorrentes de fato do príncipe viola a legislação acerca da matéria.

(C) Válida, pois a lei de parcerias público-privadas atribui ao contrato autonomia para definir a partição de riscos entre as partes, inclusive referentes a caso fortuito, força maior, fato príncipe e álea econômica extraordinária.

(D) Válida, pois inerente ao princípio da autonomia contratual, que apenas veicula hipótese de partição objetiva de riscos entre o Poder Público e o concessionário e que se encontra previsto legislação pátria desde o advento da Lei 8.666/93.

RESPOSTA: De acordo com os arts. 4º, VI c/c 5º, III da Lei n. 11.079/2004. *Alternativa C.*

2 – (OAB 03-2011-II) São princípios próprios ou específicos dos serviços públicos, vistos na Lei n. 8.987/95,

(A) Moralidade, publicidade e legalidade.

(B) Especificidade, publicidade e moralidade.

(C) Continuidade, atualidade e cortesia.

(D) Atratividade, mutualismo e comutatividade.

RESPOSTA: De acordo com o §1º do art. 6º da Lei n. 8.987/95. *Alternativa C.*

3 – (OAB 02-2012) Uma concessionária de serviço público, em virtude de sua com inadequação na prestação do serviço, não consegue executar o contrato. Nesse caso, segundo a Lei n. 8.987/95, poderá ser declarada, a critério do poder concedente, a extinção do contrato por:

(A) caducidade.

(B) encampação.

(C) anulação.

(D) revogação.

RESPOSTA: Conforme art. 38, §1º, I, da Lei n. 8.987/95. *Alternativa A.*

Caducidade é a rescisão feita administrativamente pelo concedente em virtude de inadimplemento do concessionário.

Encampação: retomada do serviço, necessita de autorização legislativa e indenização

4 - (OAB 03-2012) Acerca dos serviços considerados como serviços públicos *uti singuli*, assinale a afirmativa correta.

(A) Serviços em que não é possível identificar os usuários e, da mesma forma, não é possível a identificação da parcela do serviço utilizada por cada beneficiário.

(B) Serviços singulares e essenciais prestados pela Administração Pública direta e indireta.

(C) Serviços em que é possível a identificação do usuário e da parcela do serviço utilizada por cada beneficiário.

(D) Serviços que somente são prestados pela Administração Pública direta do Estado.

RESPOSTA: Alternativa C.

5- (OAB 02-2010) Uma determinada empresa concessionária transfere o seu controle acionário para uma outra empresa privada, sem notificar previamente, o Poder concedente, parte no contrato de concessão. Assinale a alternativa que indique a medida que o Poder concedente poderá tomar, se não restarem atendidas as mesmas exigências técnicas, de idoneidade financeira e regularidade jurídica pôr esta nova empresa.

(A) Poderá o Poder concedente declarar a caducidade da concessão, tendo em vista o caráter *intuitu personae* do contrato de concessão.

(B) Poderá retomar o serviço, por motivo de interesse público, através da encampação, autorizada por lei específica, após prévio pagamento da indenização.

(C) Poderá o Poder concedente anular o contrato de concessão, através de decisão administrativa, uma vez que a transferência acionária da empresa concessionária sem a notificação prévia ao Poder concedente gera irregularidade, insusceptível de convalidação.

(D) Nada poderá fazer o Poder concedente, uma vez que a empresa concessionária, apesar da alteração societária, não desnatura o caráter *intuitu personae* do contrato de concessão.

RESPOSTA: De acordo com art. 27 da Lei n. 8.987/95. Alternativa A.

6 - (OAB 01-2011) A Lei 11.107, de 6 de abril de 2005, dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum. A respeito do regime jurídico aplicável a tais consórcios públicos, assinale a alternativa correta.

(A) É vedada a celebração de contrato de consórcio público cujo valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões) de reais.

(B) Os consórcios públicos na área de saúde, em razão do regime de gestão associada, são dispensados de obedecer aos princípios que regulam o Sistema Único de Saúde.

(C) É vedada a celebração de contrato de consórcio público para a prestação de serviços cujo período seja inferior a 5 (cinco) anos.

(D) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.

RESPOSTA: De acordo com o §2º do art. 1º da Lei n. 11.107/2005. Alternativa D.

7- (FGV-2011) A delegação de prestação de serviço público mediante concorrência e o ato de delegação precária de serviço público correspondem, respectivamente, a:

(A) desconcentração e permissão.

(B) permissão e desconcentração.

(C) permissão e concessão.

(D) concessão e permissão.

(E) concessão e autorização.

RESPOSTA: Conforme inciso II e IV do art. 2º da Lei n. 8.987/1995. Alternativa D.

8 - (OAB 03-2009) Assinale a opção correta de acordo com a Lei n. 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

(A) A permissão de serviço público ocorre mediante título precário e sem licitação.

(B) As concessões e permissões estão sujeitas à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, independentemente da cooperação dos usuários.

(C) Considera-se concessão de serviço público a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

(D) A concessão de serviço público que não for precedida da execução de obra pública poderá ser formalizada mediante acordo verbal.

RESPOSTA: É a cópia do inciso II do art. 2º da lei em comento. *Alternativa C.*

9 - (OAB 01-2015) O Estado X, após regular processo licitatório, celebrou contrato de concessão de serviço público de transporte intermunicipal de passageiros, por ônibus regular, com a sociedade empresária "F", vencedora certame, com prazo de 10 (dez) anos. Entretanto, apenas 5 (cinco) anos depois da assinatura do contrato, o Estado publicou edital de licitação para a concessão de serviço de transporte de passageiros por ônibus do tipo executivo, para o mesmo trecho. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

(A) A sociedade empresária "F" pode impedir a realização da nova licitação, uma vez que a lei atribui caráter de exclusividade à outorga da concessão de serviços públicos.

(B) A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica devidamente justificada.

(C) A lei atribui caráter de exclusividade à concessão de serviços públicos, mas a violação ao comando legal somente confere à sociedade empresária "F" direito à indenização por perdas e danos.

(D) A lei veda a atribuição do caráter de exclusividade à outorga de concessão, o que afasta qualquer pretensão por parte da concessionária, salvo o direito à rescisão unilateral do contrato pela concessionária, mediante notificação extrajudicial.

RESPOSTA: De acordo com o art. 16 da Lei n. 8.987/95. *Alternativa B.*

10 - (OAB XXIX - Exame) O Município Alfa planeja estabelecer uma parceria público privada para a construção e operação do metrô, cujo contrato terá vigência de trinta e cinco anos. Como a receita com a venda das passagens é inferior ao custo de implantação/operação do serviço, o ente local aportará recursos como complementação da remuneração do parceiro privado. Sobre a questão, assinale a afirmativa correta.

(A) Como o parceiro privado será remunerado pela tarifa do serviço de transporte e por uma contrapartida do poder público, a concessão será celebrada na modalidade administrativa.

(B) A contrapartida do parceiro público somente pode se dar em dinheiro, não sendo permitido qualquer outro mecanismo, a exemplo da outorga de direitos em face da Administração Pública.

(C) A vigência do futuro contrato é adequada, mas, por se tratar de negócio com duração de trinta e cinco anos, não poderá haver prorrogação contratual.

(D) Independentemente da proporção da contrapartida do parceiro público frente ao total da receita auferida pelo parceiro privado, não haverá necessidade de autorização legislativa específica.

RESPOSTA: De acordo com o art. 5º, I, da Lei n. 11.079/2004. *Alternativa C.*

Conceito de Agentes públicos: Conjunto de pessoas que a qualquer título exercem uma função pública como prepostos do Estado, de forma transitória ou definitiva, gratuita ou remunerada.

Classificação: Agentes políticos são os que exercem função essencialmente política: chefes executivo e ministros ou secretários, membros do poder legislativo.

Judiciário e MP não seriam agentes políticos, pois não exercem função política.

Particulares em colaboração: jurados, mesário, concessionários.

Servidores públicos:

Agentes de fato: a) putativo, pensa estar agindo dentro dos parâmetros normativos, mas não está, por exemplo não foi contratado mediante concurso público.

b) necessários: situação de excepcionalidade.

Classificação dos cargos: vitalícios, efetivos e comissionados.

Formas de provimento: Nomeação, promoção, readaptação, reintegração retorno nos casos de afastamento, Recondução (não aprovado em estágio probatório volta ao cargo anterior no qual era estável).

Reversão: é um reingresso para os casos de aposentadoria invalidez (não está mais inválido) ou vício no ato de aposentadoria.

11 - (OAB 03-2013) Cláudio, servidor público federal estável, foi demitido por suposta prática de ato de insubordinação grave em serviço. Diante da inexistência de regular processo administrativo disciplinar, Cláudio conseguiu judicialmente a anulação da demissão e a reinvestidura no cargo anteriormente ocupado. Ocorre que tal cargo já estava ocupado por João, que também é servidor público estável. Considerando o caso concreto, assinale a afirmativa correta.

(A) Sendo Cláudio reinvestido, o ato configura reintegração. Caso João ocupasse outro cargo originariamente, seria reconduzido a ele, com direito à indenização.

(B) Sendo Cláudio reinvestido, o ato configura reversão. Caso João ocupasse outro cargo originariamente, seria reconduzido a ele, com direito à indenização.

(C) Cláudio obteve em juízo sua reintegração. João será reconduzido ao cargo de origem, sem indenização, ou será aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

(D) Cláudio obteve em juízo sua reversão. João será reconduzido ao cargo de origem, sem indenização, ou será aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

RESPOSTA: Conforme o art. 4º, § 2º da CF. *Alternativa C.*

12 - (OAB 01-2013) As alternativas a seguir apresentam condições que geram vacância de cargo público, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) Falecimento.

(B) Promoção.

(C) Aposentadoria.

(D) Licença para trato de interesse particular.

RESPOSTA: Em atenção ao art. 33 da Lei n. 8.112/90. *Alternativa D.*

13 - (OAB 01-2013) Um servidor público foi acusado de corrupção passiva e peculato. Respondeu a processo criminal e foi absolvido por ausência de provas. Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

(A) A Administração Pública, no caso, permanece livre para punir o funcionário, desde que verifique haver desvios na conduta funcional do servidor.

(B) A decisão de absolvição do servidor sempre vincula a Administração Pública, que não poderá punir o seu funcionário.

(C) A autotutela administrativa permite desconsiderar decisões judiciais contrárias à lei ou às provas dos autos, sendo possível a aplicação de sanções administrativas com cópias extraídas do processo criminal.

(D) As decisões da justiça, que punem o servidor por qualquer crime, vinculam o Poder Público, embora as decisões de absolvição nunca impeçam o poder punitivo da Administração.

RESPOSTA: Segundo o art. 126 da Lei n. 8.112/90. *Alternativa A.*

14 - (OAB 03-2012-III) Orlando, advogado de uma empresa pública federal há quase 10 anos, resolve prestar concurso público para Fiscal de ISS de um município. Caso seja aprovado, Orlando deverá adotar o seguinte procedimento:

(A) Poderá cumular o emprego com o cargo na administração municipal e tal cumulação não estará sujeita ao limite remuneratório constitucional.

(B) Poderá cumular o emprego com o cargo na administração municipal, mas tal cumulação estará sujeita ao limite remuneratório constitucional.

(C) Não poderá cumular o emprego e o cargo, uma vez que tal cumulação somente seria permitida caso houvesse compatibilidade de horários.

(D) Não poderá cumular o emprego e o cargo, mesmo em se tratando de um ente federal e de um município.

RESPOSTA: De acordo com o art. 37, XVI e XVII, da CF. *Alternativa D.*

15 - (OAB XXI - Exame) O Município Beta verificou grave comprometimento dos serviços de educação das escolas municipais, considerando o grande número de professoras gozando licença maternidade e de profissionais em licença de saúde, razão pela qual fez editar uma lei que autoriza a contratação de professores, por tempo determinado, sem a realização de concurso, em situações devidamente especificadas na norma local. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) A Constituição da República não autoriza a contratação temporária sem a realização de concurso público.

(B) O Município Beta somente poderia se utilizar da contratação temporária para os cargos permanentes de direção, chefia e assessoramento.

(C) A contratação temporária, nos termos da lei, é possível, considerando que a situação apresentada caracteriza necessidade temporária de excepcional interesse público.

(D) A contratação temporária de servidores, independentemente de previsão legal, é possível.

RESPOSTA: A situação se enquadra na previsão do art. 37, IX da CF. *Alternativa C.*

16 - (OAB 03-2011-III) Tício, servidor público pertencente aos quadros de uma autarquia federal, está respondendo a processo administrativo disciplinar por fato que também foi objeto de apuração em processo criminal, já concluído com sentença absolutória de negativa de autoria transitada em julgado. Considerando a situação hipotética narrada, o processo administrativo disciplinar

(A) Deverá prosseguir regularmente, uma vez que as instâncias penal e administrativa são independentes.

(B) Deverá prosseguir regularmente, uma vez que a sentença absolutória proferida na instância penal apenas vincularia a instância administrativa em caso de negativa da existência do fato.

(C) Ficará prejudicado, uma vez que a responsabilidade administrativa somente pode configurar efeito secundário da responsabilidade penal.

(D) Ficará prejudicado, uma vez que a responsabilidade administrativa é afastada no caso de absolvição criminal que negue a autoria do fato.

RESPOSTA: De acordo com o art. 126, Lei n. 8.112/90. *Alternativa D.*

17 - (OAB 03-2010) São considerados agentes públicos todas as pessoas físicas incumbidas, sob remuneração ou não, definitiva ou transitoriamente, do exercício de função ou atividade pública. Assim, é correto afirmar que os notários e registradores são:

(A) Agentes públicos ocupantes de cargo efetivo e se aposentam aos 70 (setenta) anos de idade.

(B) Agentes públicos vitalícios, ocupantes de cargo efetivo, e não se aposentam compulsoriamente.

(C) Delegatários de serviços públicos aprovados em concurso público.

(D) Os notários e registradores são delegatários de serviços públicos, investidos em cargos efetivos após aprovação em concurso.

RESPOSTA: De acordo com o STF, ADI 3.151. *Alternativa C.*

18 - (OAB 02-2010) Determinada Administração Pública realiza concurso para preenchimento de cargos de detetive, categoria I. Ao final do certame, procede à nomeação e posse de 400 (quatrocentos) aprovados. Os vinte primeiros classificados são desviados de suas funções e passam a exercer as atividades de delegado. Com o transcurso de 4 (quatro) anos, estes vinte agentes postulam a efetivação no cargo. A partir do fragmento acima, assinale a alternativa correta.

(A) Os referidos agentes têm razão, pois investidos irregularmente, estão exercendo as suas atividades há mais de 4 (quatro) anos, a consolidar a situação.

(B) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente foi investido.

(C) Não têm ainda o direito, pois dependem do transcurso do prazo de 15 (quinze) anos para que possam ser tidos como delegados, por usucapião.

(D) É inconstitucional esta modalidade de provimento do cargo, pois afronta o princípio do concurso público, porém não podem ter alterado os ganhos vencimentais, sedimentado pelos anos, pelo princípio da irredutibilidade.

RESPOSTA: De acordo com a Súmula 685 do STF. *Alternativa B.*

19 - (OAB 02.2009) Maria ocupava cargo efetivo na administração pública federal e, após quinze anos de serviço público, aposentou-se por invalidez. Dois anos após a aposentadoria, submeteu-se a junta médica oficial, a qual declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria, o que ocasionou o retorno de Maria ao serviço público. Na situação hipotética apresentada, o instituto aplicado ao caso de Maria foi a:

- (A) recondução.
- (B) reversão.
- (C) readaptação.
- (D) reintegração.

RESPOSTA: Situação prevista no inciso I do art. 25 da Lei n. 8.112/1990. *Alternativa B.*

20 - (OAB 02-2013) Um empregado público de uma sociedade de economia mista ajuizou uma ação para garantir o recebimento de valores acima do teto remuneratório constitucional, que tem como limite máximo os subsídios pagos aos Ministros do STF. Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) o empregado tem direito a receber acima do teto, pois somente a administração pública direta está sujeita à referida limitação.
- (B) o empregado não tem direito a receber acima do teto, pois toda a administração direta e indireta está sujeita à referida limitação.
- (C) o empregado tem direito a receber acima do teto, pois somente a administração pública direta e as autarquias estão sujeitas à referida limitação.
- (D) o empregado pode receber acima do teto, caso a sociedade de economia mista não receba recursos de nenhum ente federativo para despesas de pessoal ou de custeio em geral.

RESPOSTA: Segundo o art. 37, § 9º, XI da CF. *Alternativa D.*

21 - (OAB - XVII Exame) Fernando, servidor público de uma autarquia federal há nove anos, foi acusado de participar de um esquema para favorecer determinada empresa em uma dispensa de licitação, razão pela qual foi instaurado processo administrativo disciplinar, que resultou na aplicação da penalidade de demissão.

Sobre a situação apresentada, considerando que Fernando é ocupante de cargo efetivo, por investidura após prévia aprovação em concurso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Fernando não pode ser demitido do serviço público federal, uma vez que é servidor público estável.
- (B) Fernando somente pode ser demitido mediante sentença judicial transitada em julgado, uma vez que a vitaliciedade é garantida aos servidores públicos.
- (C) É possível a aplicação de penalidade de demissão a Fernando, servidor estável, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (D) A aplicação de penalidade de demissão ao servidor público que pratica ato de improbidade in depende de processo administrativo ou de sentença judicial.

RESPOSTA: Conforme arts. 41, § 1º e 169, §§ 3º e 4º, da CF. *Alternativa C.*

22 - (OAB - XVIII Exame) Marcos Paulo é servidor público federal há mais de 5 (cinco) anos e, durante todo esse tempo, nunca sofreu qualquer sanção administrativa, apesar de serem

frequentes suas faltas e seus atrasos ao serviço. No último mês, entretanto, as constantes ausências chamaram a atenção de seu chefe, que, ao buscar a ficha de frequência do servidor, descobriu que Marcos Paulo faltara mais de 90 (noventa) dias no último ano. A respeito do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

(A) Marcos Paulo, servidor público estável, só pode ser demitido após decisão judicial transitada em julgado.

(B) Marcos Paulo, servidor público estável, pode ser demitido pela sua inassiduidade após decisão em processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

(C) Marcos Paulo, servidor público estável que nunca sofrera qualquer punição na esfera administrativa, não pode ser demitido em razão de sua inassiduidade.

(D) Marcos Paulo, servidor público estável, não pode ser demitido em razão de sua inassiduidade, pois esta somente autoriza a aplicação das sanções de advertência e suspensão.

RESPOSTA: Segundo a Lei n. 8.112/90, em seu art. 132. *Alternativa B.*

23 - (OAB XXVIII - Exame) Os analistas de infraestrutura de determinado Ministério, ocupantes de cargo efetivo, pleiteiam há algum tempo uma completa reestruturação da carreira, com o aumento de cargos e de remunerações. Recentemente, a negociação com o Governo Federal esfriou dado o cenário de crise fiscal severa. Para forçar a retomada das negociações, a categoria

profissional decidiu entrar em greve, mantendo em funcionamento apenas os serviços essenciais. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) Compete à Justiça Federal – e não à Justiça do Trabalho – julgar a abusividade do direito de greve dos analistas de infraestrutura.

(B) A Administração Pública não poderá, em nenhuma hipótese, fazer o desconto dos dias não trabalhados em decorrência do exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis.

(C) O direito de greve dos servidores públicos civis não está regulamentado em lei, o que impede o exercício de tal direito.

(D) O direito de greve é constitucionalmente assegurado a todas as categorias profissionais, incluindo os militares das Forças Armadas, os policiais militares e os bombeiros militares.

RESPOSTA: De acordo com o art. 109, I, da CF. *Alternativa A.*

VII – LICITAÇÕES

Lei 8.666/93

Pregão 10.520/02

Modalidade de licitação:

Art. 22. São modalidades de licitação: ainda tem o pregão em lei especial

I - concorrência;

II - tomada de preços;

III - convite;

IV - concurso;

V - leilão.

Prazo mínimos art. 21 da lei 8666/93:

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

~~I - 30 (trinta) dias para a concorrência;~~

I - quarenta e cinco dias para: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

a) concurso; [\(Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço" [\(Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

~~II - 45 (quarenta e cinco) dias para o concurso;~~

II - trinta dias para: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

a) concorrência, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior; [\(Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

b) tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço"; [\(Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

~~III - 15 (quinze) dias para a tomada de preços ou leilão;~~

III - quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior, ou leilão; [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

~~IV - 45 (quarenta e cinco) dias para a licitação do tipo melhor técnica ou técnica e preço, ou quando o contrato a ser celebrado contemplar a modalidade de empreitada integral;~~

IV - cinco dias úteis para convite. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

~~V - 5 (cinco) dias úteis para o convite.~~

Cuidado novos valores:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos [incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Contratação direta:

- a) **Inexigibilidade de licitação:** Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
- b) **Dispensa de licitação:** Art. 24. É dispensável a licitação:

24 – (OAB 03-2013) A Administração Pública estadual pretende realizar uma licitação em modalidade não prevista na legislação federal. Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) a intenção é viável, pois o Estado tem ampla competência para legislar sobre licitações.
- (B) a intenção somente é viável caso seja realizada a combinação de modalidades de licitação já previstas na Lei n. 8.666/93.
- (C) a intenção não é viável por expressa vedação da Lei n. 8.666/93.
- (D) a intenção é viável por expressa autorização da Lei n. 8.666/93.

RESPOSTA: Conforme a Lei n. 8.666/93, em seu art. 22, § 8º. *Alternativa C.*

25 – (OAB 01-2014) A União licitou, mediante concorrência, uma obra de engenharia para construir um hospital público. Depois de realizadas todas as etapas previstas na Lei n. 8.666/93, sagrou-se vencedora a Companhia X. No entanto, antes de se outorgar o contrato para a Companhia X, a Administração Pública resolveu revogar a licitação. Acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Administração Pública pode revogar a licitação, por qualquer motivo, principalmente por ilegalidade, não havendo direito subjetivo da Companhia X ao contrato.
- (B) A revogação depende da constatação de ilegalidade no curso do procedimento e, nesse caso, não pode ser decretada em prejuízo da Companhia X, que já se sagrou vencedora.
- (C) A revogação, fundada na conveniência e na oportunidade da Administração Pública, deverá sempre ser motivada e baseada em fato superveniente ao início da licitação.
- (D) Quando a Administração lança um edital e a ele se vincula, somente será possível a anulação do certame em caso de ilegalidade, sendo-lhe vedado, pois, revogar a licitação.

RESPOSTA: Conforme disposto no art. 49 da Lei n. 8.666/93. *Alternativa C.*

Distinção entre anulação e revogação

26 - (OAB 01-2013) Nenhuma proposta foi apresentada na licitação promovida por uma autarquia federal para a aquisição de softwares de processamento de dados. Com relação a esse caso, assinale a afirmativa correta.

(A) Um novo procedimento licitatório deve ser realizado no prazo de até 180 dias do término do procedimento anterior.

(B) A hipótese é de licitação dispensada, ainda que ela possa ser repetida sem prejuízo para a Administração.

(C) A hipótese é de inexigibilidade de licitação, desde que a contratação se faça no prazo de até 180 dias do término do procedimento anterior.

(D) A contratação direta é admitida, se a licitação não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.

RESPOSTA: De acordo com o art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993. *Alternativa D.*

Licitação deserta e licitação fracassada.

27 - (OAB 03-2012-II) O Estado Y resolve realizar licitação, com fundamento na Lei Federal n. 8.666/93, para a contratação de obra de engenharia para a construção de um hospital. consultada a procuradoria, ela indica que a modalidade que deverá ser adotada é a de tomada de preços. Com base no caso acima, assinale a afirmativa correta.

(A) Se a modalidade deve ser tomada de preços, pode-se presumir que a obra foi orçada em até um milhão e quinhentos mil reais, porém nada obsta que se opte por utilizar as modalidades concorrência ou convite, pois ambas são modalidades mais amplas de licitação que a tomada de preços.

(B) É possível desmembrar a referida obra em duas ou mais e realizar as licitações na modalidade de convite, mesmo que, com isso, viesse a perder a economia de escala decorrente da sua realização integrada.

(C) Na tomada de preços qualquer interessado quer na fase inicial de habilitação preliminar, comprovar possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto, poderá dela participar.

(D) Na modalidade tomada de preços, o Estado somente receberá propostas dos licitantes que estejam devidamente cadastrados, permitindo-se, porém, o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

RESPOSTA: Conforme art. 2º, §2º da Lei n. 8.666/93. *Alternativa D.*

Obs. Novos valores:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

28 - (OAB 03-2011-II) A licitação tem como um de seus princípios específicos o do julgamento objetivo, que significa:

(A) A vedação de cláusulas ou condições que comprometam a ideia de proposta mais vantajosa à Administração.

(B) A vedação ao sigilo das propostas, de forma a permitir a todos, antes do início da licitação, o conhecimento objetivo das ofertas dos licitantes.

(C) Ser vedada a utilização, no julgamento das propostas, de elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado.

(D) Ser impositivo o julgamento célere e oral das propostas, a acarretar a imediata contratação do licitante vencedor.

RESPOSTA: Previsto na Lei n. 8.666/93, nos arts. 44 e 45. *Alternativa C.*

29 - (FGV-2010) A licitação, de acordo com a Lei Federal 8.666/93, é inexigível na seguinte hipótese:

(A) Aquisição de materiais e equipamentos que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

(B) Alienação, por meio de permuta, de bens imóveis da Administração Pública.

(C) Celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

(D) Aquisição de bens, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público.

RESPOSTA: Previsto no art. 25 da Lei n. 8.666/93. *Alternativa A.*

30 – (OAB 03-2014) Diante das chuvas torrenciais que destruíram o telhado do prédio de uma Secretaria de Estado, o administrador entende presentes as condições para a dispensa de licitação com fundamento no art. 24, IV, da Lei n. 8.666/1993 (contratação direta quando caracteriza a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou

comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares). Submete, então, à Assessoria Jurídica a indagação sobre a possibilidade de contratação de empresa de construção civil de renome nacional para a reconstrução da estrutura afetada do edifício. Sobre as hipóteses de contratação direta, assinale a afirmativa correta.

(A) As hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação não exigem justificativa de preço, porque são casos em que a própria legislação entende inconveniente ou inviável a competição pelas melhores condições de contratação.

(B) A dispensa de licitação, assim como a de inexigibilidade, não prescinde de justificativa de preço, uma vez que a autorização legal para não licitar não significa possibilidade de contratação por preços superiores aos praticados no mercado.

(C) Apenas as hipóteses de dispensa de licitação (e não as situações de inexigibilidade) exigem justificativa de preço, até porque a inexigibilidade significa que somente uma pessoa pode ser contratada, o que afasta possibilidade de discussão quanto ao preço.

(D) A dispensa de licitação não exige justificativa de preço, pois a própria lei prevê, taxativamente, que não se faça licitação nas hipóteses elenca das; na inexigibilidade, a justificativa de preço é inafastável, diante do caráter exemplificativo do art. 25 da Lei.

RESPOSTA: Segundo o art. 25, §2º, da Lei n. 8.666/93. *Alternativa B.*

31 - (OAB - XVIII Exame) Após celebrar contrato de gestão com uma organiza social, a União pretende celebrar, com a mesma Organização, contrato de prestação de serviços para a realização de atividades contempladas no Contrato de gestão. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) É obrigatória a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.

(B) É dispensável a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.

(C) É inexigível a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços,

(D) Não é possível celebrar contrato de prestação de serviços com entidade qualificada como organização social.

RESPOSTA: Segundo o art. 24, XXIV, da Lei n. 8.666/93. *Alternativa B.*

32 - (OAB XXI - Exame) Uma autarquia federal divulgou edital de licitação para a concessão da exploração de uma rodovia que interliga diversos Estados da Federação. A exploração do serviço será precedida de obras de duplicação da rodovia. Como o fluxo esperado de veículos não é suficiente para garantir, por meio do pedágio, a amortização dos investimentos e a remuneração do concessionário, haverá, adicionalmente à cobrança do pedágio, contraprestação pecuniária por parte do Poder Público. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) Trata-se de um exemplo de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa.

(B) Trata-se de um consórcio público com personalidade de direito público entre a autarquia federal e a pessoa jurídica de direito privado.

(C) Trata-se de um exemplo de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada.

(D) Trata-se de um exemplo de consórcio público com personalidade jurídica de direito privado.

RESPOSTA: Com fundamento no art. 2º, §1º da Lei n. 11.079/2004. *Alternativa C.*

33 - (OAB XXII - Exame) A Administração Federal irá realizar sucessivos contratos de compra de produtos de papelaria, de uso contínuo nos órgãos para os quais os bens estão destinados. Para tanto, pretende fazer uso dos mecanismos legais que melhor atendam ao princípio da eficiência. No caso, acerca da modalidade de licitação a ser adotada, assinale a afirmativa correta.

- (A) É cabível a utilização do regime diferenciado de contratações públicas (RDC).
- (B) Deverá ser utilizada a modalidade leilão para cada uma das compras a contratar.
- (C) É possível o processamento das compras pelo sistema de registro de preços, mediante a utilização da modalidade pregão.
- (D) É obrigatória a utilização da modalidade convite, independentemente do valor orçado.

RESPOSTA: *Alternativa C.*

RDC-Lei 12.462/11.

Art. 1º É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:

I - dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, constantes da Carteira de Projetos Olímpicos a ser definida pela Autoridade Pública Olímpica (APO); e

II - da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação - Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014, definidos pelo Grupo Executivo - Gecopa 2014 do Comitê Gestor instituído para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 - CGCOPA 2014, restringindo-se, no caso de obras públicas, às constantes da matriz de responsabilidades celebrada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

III - de obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros) das cidades sedes dos mundiais referidos nos incisos I e II.

IV - das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) [\(Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012\)](#)

V - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. [\(Incluído pela Lei nº 12.745, de 2012\)](#)

~~VI - das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 630, de 2013\)](#)~~

~~VI - das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo. [\(Incluído pela Lei nº 12.980, de 2014\)](#)~~

~~VI - das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo; e [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 678, de 2015\)](#)~~

~~VII - ações no âmbito da Segurança Pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 678, de 2015)~~

VI - das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma e administração de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo; [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\)](#)

VII - das ações no âmbito da segurança pública; [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\)](#)

VIII - das obras e serviços de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística; e [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\)](#)

IX - dos contratos a que se refere o art. 47-A. [\(Incluído pela Lei nº 13.190, de 2015\)](#)

X - das ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação. [\(Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016\)](#)

§ 1º O RDC tem por objetivos:

I - ampliar a eficiência nas contratações públicas e a competitividade entre os licitantes;

II - promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público;

III - incentivar a inovação tecnológica; e

IV - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

VIII – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Lei 8666/93.

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.


34 - (OAB 03-2011-II) Quanto às garantias dos contratos administrativos, é correto afirmar que:
(A) A escolha do tipo de garantia se fará, sempre, com base na indisponibilidade do interesse público, pela Administração.

(B) Para serem exigidas do contratado, devem ser previstas no instrumento convocatório.

(C) É admissível todo e qualquer tipo de garantia admitida pelo direito privado, à escolha da Administração.

(D) É admissível todo e qualquer tipo de garantia admitida em direito, sendo irrelevante a previsão no instrumento convocatório.

RESPOSTA: De acordo com o art. 56, caput, da Lei n. 8.666/1993. *Alternativa B.*

 Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

35 - (OAB 03-2010) Sendo o contrato administrativo nulo, é correto afirmar que:

- (A) A declaração de nulidade não opera retroativamente, obrigando o contratado a indenizar a Administração pelos danos por esta sofridos.
- (B) Seu reconhecimento não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado de boa-fé, por tudo o que este houver executado e por outros prejuízos comprovados.
- (C) A declaração não opera retroativamente, respeitando o direito adquirido ao término do contrato, caso tenha o contratado iniciado sua execução.
- (D) Que essa nulidade só produzirá efeitos se o contrato for de valor superior a 100 (cem) salários mínimos, caso o contratado tenha iniciado a sua execução.

RESPOSTA: De acordo com o parágrafo único do art. 59 da Lei n. 8.666/1993. *Alternativa B.*

Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

36 - (OAB 02-2010) Uma das características dos contratos administrativos é a "instabilidade" quanto ao seu objeto que decorre:

- (A) Do poder conferido à Administração Pública de alterar, unilateralmente, algumas cláusulas do contrato, no curso de sua execução, na forma do art. 58, inciso I da Lei n. 8.666/93, a fim de adequar o objeto do contrato às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (B) Da possibilidade do contratado (particular) alterar, unilateralmente, a qualquer tempo, algumas cláusulas do contrato, no curso de sua execução, de forma a atender aos seus próprios interesses em face das prerrogativas da Administração Pública.
- (C) Do poder conferido à Administração Pública de alterar, unilateralmente, algumas cláusulas do contrato, no curso de sua execução, na forma do art. 58, inciso I da Lei n. 8.666/93, a fim de adequar o objeto do contrato aos interesses do contratado (particular) em face das prerrogativas da Administração Pública.
- (D) De não haver qualquer possibilidade de alteração do objeto do contrato administrativo, quer pela Administração Pública, quer pelo contratado (particular), tendo em vista o princípio da vinculação ao edital licitatório, do qual o contrato e seu objeto são parte integrante; e o princípio da juridicidade, do qual aquele primeiro decorre.

RESPOSTA: Conforme Lei n. 8.666/1993, vide art. 58, I. *Alternativa A.*

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: (cláusula exorbitantes)

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

37 - (OAB 03-2009) Em decorrência das chamadas cláusulas exorbitantes, a administração pública:

(A) tem o poder de reter a garantia exigida do contratado, após a execução integral e adequada do objeto do contrato.

(B) pode aplicar ao contratado sanções de natureza administrativa, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato.

(C) pode rescindir unilateralmente o contrato por motivos de interesse público, não sendo devida indenização ao contratado.

(D) tem a faculdade de promover a alteração unilateral do contrato para modificar sua natureza, no tocante ao seu objeto, razão pela qual pode transformar contrato de compra e venda em contrato de permuta.

RESPOSTA: Segundo o arts. 58, IV, 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993. *Alternativa B.*

38 - (OAB 02-2013) Determinada construtora sagra-se vencedora numa licitação para a reforma do hall de acesso de uma autarquia estadual. O contrato foi assinado no dia 30 de abril, com duração até 30 de outubro daquele mesmo ano. Iniciada a execução do contrato, a Administração constata a necessidade de alteração no projeto original, a fim de incluir uma rampa de acesso para deficientes físicos. Com base na hipótese sugerida, assinale a afirmativa correta.

(A) A alteração do projeto, pela Administração, autoriza a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, mas não a prorrogação do prazo de entrega da obra.

(B) A alteração do projeto, pela Administração, autoriza a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e também a prorrogação do prazo de entrega da obra.

(C) Os concorrentes que perderam a licitação podem questionar a validade da alteração, exigindo a realização de novo procedimento licitatório para a totalidade da obra.

(D) Os concorrentes que perderam a licitação podem questionar a validade da alteração, exigindo a realização de novo procedimento licitatório para a construção da rampa de acesso para deficientes físicos.

RESPOSTA: *Alternativa B.*

39 - (OAB - XVIII Exame) O Município C está elaborando edital de licitação para a contratação de serviço de limpeza predial. A respeito do prazo de duração desse contrato, as sinale a afirmativa correta.

(A) O prazo de duração do contrato está adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário, sem possibilidade de prorrogação.

(B) O contrato de prestação de serviços pode ser celebrado pelo prazo de até 48 meses.

(C) O contrato pode ser celebrado por prazo indeterminado, mantendo-se vigente enquanto não houver melhor preço do que o da proposta vencedora da licitação.

(D) O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

RESPOSTA: Nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. *Alternativa D.*

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

40 - (OAB XXVII - Exame) Após a contratação, sob o regime de empreitada por preço unitário, da sociedade empresária Faz de Tudo Ltda. para a construção do novo edifício-sede de uma agência reguladora, a Administração verifica que os quantitativos constantes da planilha orçamentária da licitação – e replicados pela contratada – são insuficientes para executar o empreendimento tal como projetado. Por isso, será necessário aumentar as quantidades de alguns serviços. Em termos financeiros, o acréscimo será de 20% – que corresponde a R\$ 2.000.000,00 – em relação ao valor inicial atualizado do contrato. Com base na situação narrada, assinale a afirmativa correta.

(A) O acréscimo de serviços poderá ser combinado apenas verbalmente, não sendo necessária sua redução a termo.

(B) Por se tratar de cláusula exorbitante, mesmo que a sociedade empresária Faz de Tudo Ltda. não concorde com o acréscimo, a alteração poderá ser determinada unilateralmente pela Administração.

(C) O contratado só está obrigado a aceitar os acréscimos de até 15% (quinze por cento) em relação ao valor inicial atualizado do contrato; superado esse limite, a alteração só pode ocorrer com o consentimento da sociedade empresária Faz de Tudo Ltda.

(D) Diante da deficiência do projeto básico, a Administração deve obrigatoriamente anular o contrato após serem oportunizados o contraditório e a ampla defesa à sociedade empresária Faz de Tudo Ltda.

RESPOSTA: Conforme art. 58, I, da Lei n. 8.666/93. *Alternativa B.*

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.